

Relatório acusa grupo de Raunheitti

■ Deputado comandava desvio de subvenção social com cumplicidade de evangélicos

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — A descoberta de uma quadrilha especializada em desviar recursos das subvenções sociais destinadas ao Rio de Janeiro é a novidade do relatório do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), coordenador da Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI do Orçamento. O deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) é suspeito de ser o principal beneficiário do esquema, com a participação de entidades evangélicas de ensino e saúde do estado.

O deputado Paulo Portugal (PP-RJ) também foi favorecido pelo esquema, através de três *laranjas* — José Luís Vieira de Mello, que pode ser um *fantasma*, José Antônio Mayne Raunheitti (sobrinho do deputado) e Hélio Joaquim de Souza (contador de Raunheitti) —, além de ter contas bancárias suspeitas.

A quadrilha funcionava através dos depósitos feitos pelas entidades evangélicas nas contas pessoais dos três *laranjas*, ultrapassando US\$ 3 milhões. A entidade ligada a Portugal, Bom Jesus de Itabapoana (RJ), depositou na conta de José Luís Mello, que também recebeu recursos de mais quatro entidades evangélicas.

Da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, por exemplo, Mello recebeu em 17/1/92 um cheque de US\$ 45 mil. Outro depósito foi de US\$ 258 mil em 7 de janeiro de 91, na conta do sobrinho de Raunheitti, José Mayne. A OMEB também depositou US\$ 87 mil na conta de José Luís. Somente do



Garibaldi, da Subcomissão de Subvenções (segundo à esquerda), conversa com Lázaro (E) e Odacir Klein

Centro Educacional de Realengo (CER), Hélio Joaquim de Souza foi contemplado com US\$ 121 mil. Registrados como funcionários do CER, Fábio Raunheitti (subchefe de secretaria), Lídia Raunheitti (arquivista), Paulo Ricardo Raunheitti (encarregado do laboratório) e Luís Felipe Raunheitti (arquivista) recebiam salários.

As subvenções repassadas em 1991, de US\$ 2 milhões, foram sacadas em três cheques para a Sociedade Unificada de Ensino Superior, Sociedade Protetora da

Infância e Maternidade de Mesquita, e para o Hospital Escola São José. Sessenta por cento das subvenções das entidades foram para José Luís e Hélio Joaquim, além da Farmácia Santa Rita.

Por conta dessa máfia e de outros esquemas de irregularidades a Subcomissão de Subvenções já tomou uma decisão: seu relatório final propõe a extinção da sistemática de liberação de verbas públicas a título de subvenção social. “Esse procedimento atual tem que ser eliminado”, resume o senador Garibaldi Alves.

Além de propor o fim das subvenções sociais, o relatório final da subcomissão apresentará outras sugestões ao relator geral, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). As falcaturas apuradas deverão ser encaminhadas ao Ministério Público, ao qual a subcomissão pedirá “providências rigorosas contra os responsáveis e no sentido de ressarcir a União dos prejuízos causados pelo desvio de recursos”. Garibaldi adverte que não foram entidades sociais, mas as educacionais e culturais que abocanharam a maior fatia dos recursos.